

Uma estratégia para o futuro do Brasil



» LEANY LEMOS

Secretária Nacional de Planejamento e cientista política

São muitos os desafios hoje do país. Alguns são velhos conhecidos. Baixos crescimento e produtividade, envelhecimento da população, desempenho educacional medíocre, alta desigualdade regional e socioeconômica. Somos ainda mais desiguais quando se leva em consideração gênero e raça. Some-se a isso o tema da mudança climática e o desafio do desenvolvimento em bases sustentáveis. Como o governo federal pode reverter essa rota?

O Plano Plurianual (PPA) atual traz o mapa da mudança. Ele é o plano de médio prazo previsto na Constituição brasileira e prevê diretrizes, objetivos, metas e programas para o período de quatro anos. Faz parte do ciclo orçamentário, onde se ancora a Lei Orçamentária Anual. Um plano não resolve os problemas do país, mas sem um plano o foco nos incêndios não permite a superação do atraso, como diria o velho Darcy Ribeiro. Além disso, não substitui um plano de longo prazo, já que os grandes desafios levam mais de um governo para se resolver. No entanto, se bem usado, é peça central para o desenvolvimento.

Para se ter uma ideia, o PPA 2024-2027, que ora se encontra no Congresso, corresponde a R\$ 13,3 trilhões em quatro anos, destinados a programas finalísticos. R\$ 8,9 trilhões dizem respeito a alocações orçamentárias; 3,9 trilhões são ações não orçamentárias (subsídios creditícios, tributários e crédito), e 566 bilhões são investimentos de estatais.

Mas alocação orçamentária sem estratégia pode significar mais do mesmo, ou ineficiência das políticas públicas. Por isso, para planejar, fizemos parcerias relevantes com Ipea, Enap, BID e CAF para robustecer nossa metodologia e alavancar resultados a partir da elaboração do plano.

Falarei aqui de três grandes inovações. A primeira foi elaborar e incluir na minuta da lei uma estratégia robusta, com diagnóstico de problemas e propostas para atacá-los. Trabalhamos com dezenas de documentos nacionais e internacionais, como o plano de governo, Global Trends OCDE, dentre outros. Geramos a visão 2027 — “um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades” —, com valores, diretrizes, eixos, objetivos estratégicos. Cada programa contribui para pelo menos um objetivo, o que dá clareza aos gastos. Os 88 programas e seu detalhamento foram desenvolvidos por mais de 4.400 servidores, em mais de 125 oficinas, em 716, na Enap.

A segunda inovação foi adotar, de fato, modelo lógico e com foco em resultado. Não há objetivo ou entrega sem métrica. Adotamos 69 indicadores-chave nacionais, os KNI (*key national indicators*), usados para medir o bem-estar e o progresso em pelo menos 18 países. No nível tático, intensificamos o uso de indicadores de desempenho, ou KPI (*key performance indicators*). No gerencial, há entregas e medidas institucionais para melhoria de ambiente de negócios e de gestão. Foram elencadas seis prioridades, que englobam combate à fome, educação e saúde básica, neoindustrialização, Novo PAC e enfrentamento às mudanças climáticas. O uso de indicadores e prioridades claras significam caminho pavimentado para monitoramento e avaliação constantes, com vistas à melhoria da qualidade dos gastos, que poderão ainda ser feitos por temas transversais, que incluem as agendas de gênero, igualdade racial, povos indígenas, criança e adolescente e ambiental.

A terceira inovação foi adotar a participação como pilar fundamental do planejamento.

Foram mais de 4 milhões de acessos à plataforma digital, com 1,4 milhões de votos em programas e cerca de 8,8 mil novas propostas. Ocorreram plenárias nas 27 capitais do país e reuniões do Interconselhos. A legitimidade da participação popular fortalece o processo técnico de produção de políticas. E um monitoramento participativo, inclusive, com sociedade civil, setor produtivo e academia será essencial para o atingimento de melhores resultados.

E quais seriam esses resultados esperados? Alguns exemplos são maior crescimento do PIB e atração de investimentos, redução da taxa de desemprego, aumento da renda per capita e redução das desigualdades de renda entre mais ricos e pobres e entre regiões; outros se traduzem na redução do desmatamento, redução de emissão de gases efeito estufa, melhoria no desempenho de Ideb em todos os níveis, maior cobertura de atendimento por creches, queda na mortalidade infantil, queda na taxa de feminicídio e homicídios, especialmente de jovens negros; outros, ainda, se refletem no aumento das malhas rodoviária e ferroviária e melhoria da logística como um todo, maior acesso a água e a esgoto tratado. Enfim, são 69 indicadores na camada estratégica e 464 na tática.

Planejar é método, não pílula mágica para o desenvolvimento. Significa dimensionar o tamanho de desafios e do esforço necessário para superá-los. Conduzir esse processo foi um enorme esforço da Secretaria Nacional de Planejamento, mas também das equipes de todo o governo. A arquitetura das políticas está dada. Que, aprovado, o plano de médio prazo do país seja implementado com garra e entusiasmo para que, enfim, realizemos nossas potencialidades como nação que, de fato, dá aos seus cidadãos e cidadãs condições plenas de vida.

A soberania brasileira não pode ser refém

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS

General da reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Em 1982, o subcontinente sul-americano serviu de palco para a Guerra das Malvinas, conflito à la Clausewitz, que envolveu a Argentina e o Reino Unido. Uma decisão política da junta militar que governava o país vizinho desencadeou o desembarque de tropas nas ilhas contestadas secularmente. Pretendiam eles resolver pela força a antiga disputa diplomática.

A Inglaterra, liderada por Margaret Thatcher, deslocou uma poderosa esquadra para o Atlântico meridional e, após manobras típicas da Segunda Guerra Mundial, com combates aéreos, terrestres e marítimos, recuperou a soberania sobre aquelas terras vulcânicas.

Quase 10 anos após, com o “fim da história”, segundo Fukuyama, e a liderança hegemônica da águia americana sobre o mundo moderno, a preparação para guerras entre nações foi relegada a plano secundário nos projetos militares de diversos países.

Assumiu-se como padrão doutrinário para as forças militares mais atuantes a guerra entre o povo, conceito explicado pelo general inglês Sir Rupert Smith na obra *A Utilidade da força*, e que gerou modificações nos equipamentos, nas estruturas organizacionais, na forma de emprego e na preparação de recursos humanos no campo militar.

As forças ganharam mais modularidade, mobilidade e rapidez, permitindo tanto a atuação no território sob sua guarda quanto como elemento de consórcios multinacionais sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou até de grandes potências.

Em fevereiro de 2022, o mundo foi acordado em seu idílico e inalcançável sonho de

paz com a invasão do território da Ucrânia pela Rússia, em uma operação convencional de padrão clausewitziano. Há um mês, fomos acordados outra vez com a incursão do Hamas ao território de Israel, com os chocantes eventos que se sucederam e o revide das Forças de Defesa de Israel (FDI) em uma operação de padrão guerra entre o povo.

A permanência dos dois modelos — guerra à la Clausewitz e guerra entre o povo — trará como imperativo aos Estados modernos a necessidade de reforçar os princípios de guerra da flexibilidade e da segurança.

A nova conjuntura impõe às lideranças políticas e militares apontar os canhões responsáveis pela segurança dos Estados rumo ao futuro, antecipando-se aos conflitos que certamente virão com um acirramento dos novos interesses geopolíticos das grandes potências em todos os quadrantes do globo.

O Estado-Maior do Exército brasileiro, consciente desses desafios, promove estudos multidisciplinares com base no cenário suposto para o ano de 2040. A construção militar, ornada com viés acadêmico civil, elabora documentos indicadores das capacidades bélicas requeridas e os cursos de ação a serem seguidos para obtê-las.

Nesse processo, é importante destacar que, para o Exército brasileiro, a dimensão humana — homens e mulheres que vestem farda em defesa da sociedade — ganha proeminência. Os recursos humanos, influenciados pelas novas tecnologias e pela necessidade de decidir oportunamente diante dos desafios, serão os indutores da transformação das estruturas da força terrestre, e já se

mostram capazes de compreender a constante evolução doutrinária, bem como a sofisticação dos novos equipamentos.

Esses estudos não podem ser alvos apenas de analistas castrenses. Devem igualmente atuar a vontade das lideranças políticas em aprofundar conhecimentos sobre eles para encontrar soluções orçamentárias, dando andamento aos projetos em elaboração pelas três Forças.

No caso da Marinha, o submarino de propulsão nuclear; no caso do Exército, a família de blindados sobre rodas; e, no caso da Aeronáutica, os caças gripen e os cargueiros KC-390. Esses são alguns exemplos.

Material de emprego militar não se encontra em prateleiras da Amazon ou Mercado Livre. Se desejássemos, agora, adquirir blindados para empregá-los na fronteira, os primeiros carros desembarcariam em nossos portos não antes de cinco anos.

São inúmeras as capacidades indispensáveis para promover a soberania do Brasil, um verdadeiro continente em dimensão territorial e em diversidade de ambientes operacionais. Importante compreender que não estamos vacinados contra esses conflitos. Lembrem-se das Malvinas, da interferência histórica de grandes potências no continente e até das desavenças fronteiriças entre países, como a recente questão da Guiana Essequibo.

As capacidades são caras, difíceis de serem negociadas no ambiente externo ou produzidas de forma endógena, e quanto mais inepatas forem as lideranças políticas em avaliar e apoiar a preparação das Forças Armadas, mais rápido nos tornaremos reféns de outras potências.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Enem ideológico

Não é a primeira vez, e, por certo, não será a última, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado no último domingo, tem sido motivo de polêmica e alvo de denúncia de vazamento do conteúdo da prova antes do fim da aplicação. Desta vez, até a poderosa Frente Parlamentar da Agropecuária, pejorativamente chamada de bancada do boi, que reúne um número grande de políticos com assento no Congresso, entrou em cena para denunciar que, na prova, havia algumas questões de cunho nitidamente ideológico e contrários ao agronegócio.

Para essa bancada, é preciso que o governo adote meios de anular essas questões imediatamente. Inclusive, o ministro da Educação, Camilo Santana, poderá ser chamado ao Congresso para dar explicações sobre o ocorrido. Justamente agora que o governo vem fazendo esforços para obtenção de maioria na aprovação da reforma tributária, não pode descuidar de melindrar uma bancada que pode ter um peso decisivo nessa e em outras votações.

É sabido que o atual governo e o agronegócio vivem uma crise de relacionamento desde que o presidente da República acusou esse setor da economia de ter um caráter fascista e um forte viés de direita ideológica. O que não é verdade. Na realidade, o governo e seu braço no campo, representado pelo Movimento Sem Terra (MST), estão numa espécie de pé de guerra com a agronegócio, reforçado com as invasões de terras promovidas por esse movimento e também pela aprovação do Marco Temporal, que ameaça muitas propriedades rurais, retirando-lhes a posse da terra em favor dos índios.

Essas situações, poucos amistosas, há meses deixaram os bastidores da política e ganharam uma visibilidade pública. Visibilidade essa que ameaça não apenas esse setor, que é o principal responsável pelo superávit na balança comercial, como, de quebra, pode prejudicar, e muito, o próprio governo caso ele não consiga esconder o que muitos chamam de inveja e despeito pela posição econômica ocupada pelos produtores rurais.

Agora, usar questões do Enem para atacar o agronegócio, acusando-o de descaso com a saúde dos seres humanos, de violência no campo, de impedir que os camponeses sejam camponeses é, além de propaganda enganosa e cheia de ranço odioso à agroindústria, uma tentativa de induzir erroneamente os jovens contra esse setor e a favor das teses da esquerda, para quem produtor bom é aquele que come na mão do governo e vive às custas das benesses do Estado.

O conteúdo das provas, confeccionado, segundo o governo, por professores independentes, revela, de saída, que essa independência é no mínimo falsa e camuflada, sendo que esses professores rezam pela mesma cartilha de uma pedagogia esquerdista, que subverte as ordens das coisas e coloca sempre nosso país na rabeira dos certames internacionais de educação.

Mesmo que se reconheça que ainda há muito a ser acertado e equilibrado entre o agronegócio, o meio ambiente e a força humana no campo, é preciso que o governo entre nessa questão para estabelecer um ponto de harmonia nessas relações, regulando e permitindo o que é ético e vantajoso para todos.

Querer, como parece querer o governo, colocar fogo no palheiro do agronegócio não irá trazer benefício a ninguém, além de prejudicar o país e uma produção de alimentos que, hoje, nutre boa parte da humanidade.

A frase que foi pronunciada:

“O vício inerente do capitalismo é a distribuição desigual de bençãos; a virtude inerente do socialismo, a distribuição das misérias.”

Churchill

Solidariedade

» O estoque no Hemocentro é o menor registrado nos últimos cinco anos. A necessidade de doação mais urgente é para grupos O+, O- e A+. Quem quiser doar sangue pode agendar pelo portal do hemocentro ou ligar para 160, opção 2.

Sin City

» Aos poucos o jogo de azar vai ocupando espaço na pauta do Legislativo. Chega à sorrelha com títulos inocentes para, depois, se transformar em lavanderia de dinheiro mal lavado.

Pupilos

» Cheio de orgulho, o professor de canto de Brasília Rodrigo Soalheiro vê seu brilhante aluno Benét Monteiro cantando, em alemão, *Disneys Hercules*. Um tenor que já ocupa um importante espaço no mundo da música.

Tempos

» A situação dos tucanos está interessante. Depois de assumirem outros ninhos, estão prestes a perder a sala da liderança no Senado, e dois senadores estão aquecendo as asas para novos voos.

» História de Brasília

O hábito de servir café já adocicado em Brasília está se generalizando injustamente. Reclame, quando lhe negarem o direito de escolher a quantidade de açúcar para a sua xícara. (Publicada em 8/3/1962)